



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA (30ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Trigésima (30ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 24 de setembro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, neste ponto, o Presidente da Casa, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, suspendeu a sessão em curso, às 18h38, para uma reunião, com todos os Vereadores, na Sala da Presidência. A sessão foi reaberta às 19h07 e, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Vigésima Sétima (27ª) e Vigésima Nona (29ª) Sessões Ordinárias, realizadas, respectivamente, em 14 e 21 de setembro de 2015, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 118, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 78/2015, datada de 23/09/2015, objeto do Ofício nº 78/2015, de igual data, “dispondo sobre revogação de dispositivos da Lei nº 5.644, de 12 de março de 2015, que autorizou a permissão de uso de bens públicos à Secretaria de estado da Saúde”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 119, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 79/2015, datada de 23/09/2015, objeto do Ofício nº 79/2015, de igual data, “alterando a denominação do Centro Municipal de Educação Inclusiva – CEMEI, para Centro Municipal de Apoio e Atendimento Especializado – CAMAAE – Raquel Ramazini Mariotoni”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 120, de 2015, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dispondo sobre a criação de calçadas ecológicas, através de pisos drenantes, nos passeios públicos do município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 121, de 2015, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“instituindo o prêmio Professor do Ano, no município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 123, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 80/2015, datada de 25/09/2015, objeto do Ofício nº 80/2015, datado de 15/09/2015, “dispondo sobre a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano, ao senhor Vicente Muniz de Farias”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 78, 79 e 80/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 118, 119 e 123/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 385/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro cópia de contrato de serviços firmados entre a prefeitura de Mogi Mirim e a empresa Sebastião Mastracouzo & Mastracouzo Ltda. ME, junto os relatórios de compras, detalhando os respectivos produtos adquiridos, data das aquisições e preços. Requerimento nº 394/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal, que preste informações sobre o atraso no reembolso do subsídio do transporte universitário. Requerimento nº 395/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro documentos, informando quais os procedimentos adotados pelas UBSs, para agendamento de curativos. Requerimento nº 396/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer informações sobre destinação de resíduo sólido na cidade. Requerimento nº 397/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer a lista atualizada de funcionários comissionados na Prefeitura Municipal. Requerimento nº 398/2015. Autoria: Luís Roberto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tavares. Assunto: reitera a Indicação nº 347/2015, que indicou a construção de dispositivo de escoamento de água na Rua Janete Clair, no Linda Chaib. Requerimento nº 399/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requer ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, informações sobre o cancelamento do serviço de coleta, em fossas sépticas, no Parque das Laranjeiras. Requerimento nº 400/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: reitera a Indicação nº 153/2015, que sugeriu a realização de operação tapa buracos na Rua Pedro Donegá, no Jardim Sbeghen II. Requerimento nº 401/2015. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: Requer a Viação Santa Cruz S.A, estudos para que a linha 5, vá até o final da Avenida Adib Chaib, no retorno da Empresa Búfalo Grill. Requerimento nº 402/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: encaminha ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, abaixo assinado dos moradores da Rua Sete de Setembro, Bairro Aterrado, em que solicitam intervenção do Poder Público junto às empresas de Telefonia para expansão do cabeamento e implantação de Internet Banda Larga. Requerimento nº 403/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros, Leonardo David Zaniboni, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Dayane Amaro Costa, Jorge Setoguchi, Luis Roberto Tavares, Luiz Antonio Guarnieri, Osvaldo Aparecido Quaglio, Cinoê Duzo. Assunto: requerem cópia do contrato de locação do novo prédio da Câmara. Requerimento nº 404/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer à empresa NET Serviços e Comunicação S. A., a instalação e implantação dos Serviços de Internet Banda Larga no Jardim Quartieri, Bairro do Mirante. Requerimento nº 405/2015. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Solicita a Prefeitura Municipal, estudos visando construir área de lazer, com campo society, em área ociosa no Bairro SEHAC, próximo ao CEMPI Professora Michele Lucon. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 398/2015. Autoria: Marcos Bento Alves de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Godoy. Assunto: solicita estudos sobre as leis municipais de industrialização, unindo todas elas, em apenas uma, concedendo maiores benefícios às empresas, que pretendam se instalar no município, através de uma forte política de industrialização. Indicação nº 399/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita ao prefeito municipal a manutenção no ponto de luz na Rua Beija Flor, no Bairro Chácara São Francisco. Indicação nº 400/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica a construção de canaleta na Rua Luiz Gonzaga Junior, no Jardim Linda Chaib. Indicação nº 401/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica a manutenção na tampa de bueiro, localizada na Rua Janete Clair, no Jardim Linda Chaib. Indicação nº 402/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica a manutenção nas galerias de águas pluviais, localizadas na Rua Gabriel Antônio Pilla, no Residencial Floresta. Indicação nº 403/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica a manutenção na tampa de bueiro, localizada na Rua Gabriel Antônio Pilla, no Residencial Floresta. Indicação nº 404/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico a construção de canaleta na Rua Érico Veríssimo, no Jardim Linda Chaib. Indicação nº 405/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na Rua Antônio Faria Moreira, próximo ao número 773, Bairro Parque Real II. Indicação nº 406/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na Avenida Adib Chaib, próximo ao número 3000, em frente à FB Motos. Indicação nº 407/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, providências, visando apoio, para o início do ano vindouro, à FATEC 'Arthur de Azevedo', na realização do evento FATEC de Portas Abertas,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lei 5.568 de 12 de junho de 2014. Indicação nº 408/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Indica a construção de lombada na Avenida Rainha, próximo ao número 380. Indicação nº 409/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: solicita limpeza dos terrenos e da casa abandonada, na Rua Janet Clair, no Bairro Linda Chaib. Indicação nº 410/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Indica ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, providências para viabilizar a implementação do programa conhecido como “GPS – Caipira”, em nosso município, para melhorias de localização, com maior agilidade e segurança, em nossa Zona Rural. Indicação nº 411/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, atuação do serviço tapa buraco, na Avenida Kubitschek de Oliveira, Bairro do Tucuru, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes, que transitam pela região. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 80/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri e Jorge Setoguchi. Assunto: moção de congratulações e aplausos para a Banda Lyra Mogimiriana pelo aniversário de trinta anos de fundação. Moção nº 81/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da senhora Leonilda Pires Soares, ocorrido no dia 23 de setembro de 2015. Moção nº 82/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da senhora Antônia Lúcia Coraini Magiolo, ocorrido no dia 24 de setembro de 2015, aos 87 anos de idade. Moção nº 83/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos com os integrantes da Guarda Civil Municipal, Bombeiros, Agentes de Trânsito, Ronda Escolar, pela Campanha Municipal de trânsito, ocorrido na semana do dia 18 ao dia 25 de setembro, bem como aos Alunos do CEBE, que participaram, indiretamente, da campanha, apontando os maiores problemas enfrentados pela população, no trânsito. A seguir, o Sr. Presidente colocou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício s/nº, datado de 18 de setembro de 2015, subscrito pela Secretária Municipal de Planejamento, Beatriz Gardinalli, “respondendo os apontamentos dos técnicos, para o projeto do Plano Diretor de Mogi Mirim”;(arquite-se, após dar ciência à Vereadora Maria Helena S. de Barros); Ofícios nºs. 006/2015, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, datados de 23 setembro de 2015, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “justificando sua ausência à convocação da Câmara, objeto do requerimento nº 365/2015, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); e respondendo a respeito da Indicação nº 709/2014; Indicações nºs 347 e 348/2015; Indicações nºs 349 e 350/2015; Indicação nº 354/2015; Indicação nº 358/2015; Indicação nº 219/2015; Indicação nº 307/2015; Indicação nº 356/2015; Indicação nº 315/2015; Indicação nº 342/2015; Indicação nº 346/2015; Indicação nº 360/2015; Requerimentos nºs 348 e 349/2015; Requerimento nº 341/2015; Requerimento nº 334/2015; Requerimento nº 255/2015; Requerimento nº 261/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 10/2015, do Partido Solidariedade, datado de 28 de setembro do corrente, subscrito pelos vereadores membros da bancada, “comunicando a liderança de partido, na Câmara, exercida pelo Vereador Leonardo David Zaniboni”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Cumprimento os manifestantes, por trazerem à Câmara a voz do povo, que não aceita o aluguel absurdo do Palácio de Vidro. Desejo falar sobre o Zoológico Municipal, que está para ser inaugurado. O Vereador Luís Roberto Tavares e eu estivemos no zoológico, sei que o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cinoê também esteve lá. O que eu encontrei lá, não demonstra que foram feitos os ‘últimos preparativos’ para inauguração, de forma alguma. Nem o básico, que é a acessibilidade do local, fizeram. Eu protocolei vários pedidos, rogando que, se fossem reformar, fizessem de forma adequada, com instalação de piso direcional e outras coisas. Na propaganda, o prefeito pede que o munícipe traga a família, para a inauguração. Ora! Só se não tiver pessoa com deficiência, ou mobilidade reduzida, na família. Os recintos estão vazios, pois os animais não chegaram. E as crianças, para aulas de educação ambiental? Não há acessibilidade. Será que nas aulas não haverá nenhuma criança com deficiência? Como a criança com deficiência visual vai saber qual animal está no recinto? Nada, não vi placa em idioma braile, nem acesso auditivo, nada. O zoológico será reaberto de forma inaceitável, fica o meu protesto. E venho comunicar a todos a minha desfiliação do PDT. É com tristeza, que comunico tal fato, pois como é de ciência de todos, sempre fui PDT de coração, sempre elevei o nome de Leonel Brizola. Eu não entrei no PDT por causa de Gustavo Stupp, entrei porque me identificava. Porém, é da ciência de todos, percebo que o atual presidente da sigla, o prefeito, não segue as diretrizes do partido. Nunca convocava reuniões. Suas atitudes não são condizentes com o que prega o partido, inúmeros processos de concessão, atitudes que Leonel Brizola jamais permitiria. A principal bandeira do PDT, a educação, não funciona no município. Portanto, todo este descrédito me fez tomar a decisão. Quero lembrar que cheguei à executiva estadual do PDT Mulher e participava de tudo. Espero que Marquinhos da Farmácia, futuro presidente, possa conduzir o partido da forma como se deve. Não fui eu quem abandonou o PDT, mas o PDT me abandonou”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Eu tenho falado com funcionários da Prefeitura, os quais me procuram, reclamam, e eu digo que o atual Executivo está aí, porque a população escolheu. Vejam a situação da cidade, muitas coisas sendo cortadas. Hoje, fiquei sabendo, mas não constatei, até peço à imprensa, que procure



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

se informar também, mas me chegou ao conhecimento que, por falta de condições de honrar todos os seus compromissos, finalmente, estão acontecendo cortes também na Secretaria de Saúde. A partir desta semana, começa a ser controlada a questão do combustível e a saída de ambulâncias. Acho isso muito triste. Permitir se chegar, onde se chegou. O dinheiro está chegando, digo, em comparação às administrações passadas, que tinham resultado maior, com bem menos dinheiro. Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e eu espero, que tudo isso seja sanado, o mais rápido possível, bem como o pagamento ao SAAE, que está no vermelho sempre. Está no vermelho, porque a prefeitura, há duas administrações, não paga o que deve ao SAAE. Vamos acompanhar, mas a situação não está boa. Quem sabe, de agora para a frente, aprenda-se com a lição e se comece a controlar os gastos. O plano diretor foi feito com o mínimo esforço e não dá um norte de desenvolvimento para a cidade. Preocupante”, discursou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Benedito José do Couto. “Eu quero agradecer a aprovação Requerimento nº 405/2015, de minha autoria, através do qual solicitei a construção de uma área de lazer, com campo society, em área ociosa, no Bairro SEHAC, próximo ao CEMPI Professora Michele Lucon. Fui procurado pelos moradores SEHAC, que reclamam por não ter área de lazer próxima às suas casas. Há espaço vago, próximo à creche, e pedem que seja implantada ali, uma área de lazer e o campo society. Venho pedir e vou cobrar a administração, pessoalmente, para um estudo e esforço, visando atender tal necessidade. Outro assunto, que cobro, incessantemente, é a limpeza de ruas e, principalmente, calçadas. O mato está crescendo, nas guias, e este serviço tem sido lento, bem como, a limpeza de praças. A Praça Chico Mendes foi limpa e existem outros lugares. Mesmo assim, eu quero agradecer, porque houve o esforço. Hoje, mesmo, estavam limpando próximo à UBS do Parque das Laranjeiras, conforme solicitação minha, e pretendo protocolar requerimento, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com a redução de horário dos departamentos e a diminuição no trabalho, sei que as áreas principais já estão definidas, mas entendo também, que a limpeza da cidade esteja um pouco vagarosa, em algumas áreas, e é necessário que se intensifique. Há lugares que dão impressão de abandono e limpeza é saúde pública. Estive cobrando, mais uma vez, o Secretário de Obras, relativamente, ao asfalto no Parque das Laranjeiras. Está concluída a licitação da massa, falta apenas a contratação da máquina e, se tudo certo, semana que vem, inicia-se o asfaltamento das vias, que já estão preparadas”, disse. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares. “Agradeço os votos favoráveis aos meus requerimentos e o mais importante deles, é o que pede informações, ao SAAE, sobre o cancelamento da coleta das fossas sépticas, no Parque das Laranjeiras e outros bairros de Mogi Mirim. O SAAE leva a água até o bairro, mas não leva o esgoto. Em 2007, atendendo um pedido meu, o SAAE começou a oferecer este trabalho de limpa fossa, gratuitamente. Agora, cessou. Alguns moradores do Parque das Laranjeiras acreditaram no prefeito, votaram nele e mal sabiam que ele iria retirar este benefício, que, contratado de empresa particular, custa cerca de duzentos, ou trezentos reais. E que enrolação a da prefeitura, para asfaltar quatro ruas no Parque das Laranjeiras! Estão enrolando o asfalto nas quatro ruas e não terminam e, ao mesmo tempo, não se pode fazer mais nada nas outras ruas. Se tivessem terminado o serviço, antes de levarem as máquinas para a Rua XV de Novembro, já poderíamos iniciar as obras nas Ruas 15 e 30, pelo menos. Lamentável. Sobre as aulas de dança no Centro Cultural, os alunos e professores estiveram aqui, na sessão passada, e, para nossa surpresa, lendo o jornal O Impacto, está lá, a matéria, colocando que a administração não vai mais retirar as aulas. O trabalho feito aqui, na Câmara, e a imprensa ajudaram e eles não perderam o direito. Sobre a iluminação e a CIP, digo que Mogi Mirim está a um passo de pagar cinco milhões de reais, para a manutenção de treze mil



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lâmpadas. Eu vou pedir apoio para uma audiência pública, pretendo chamar responsáveis pelas pastas relativas e também a Promotoria Pública, para discutir este assunto, porque não sabemos os termos da licitação, tampouco os prazos e não podemos sustentar uma empresa por anos, pagando cinco milhões ao ano. Mogi Guaçu tem sete mil lâmpadas a mais e paga oitocentos mil reais/ano. Neste valor, seria possível a Mogi Mirim contratar, pagar funcionários e fazer o serviço, então, nós temos que fazer esta audiência pública, trazer responsáveis aqui e os questionar”, afirmou. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Congratulome, com os manifestantes contra o Palácio de Cristal, cujo nome adequado, para mim, é Palácio da Vergonha. Uma maneira muito boa de se mostrar como jogar dinheiro público fora, numa total falta de respeito para com a população e para com o nosso dinheiro. Na quinta-feira, o grupo dos nove vereadores esteve no Tribunal de Contas, em Mogi Guaçu, justamente, questionando e levantando dados a respeito deste problema, que, para nós, é insuportável. É insustentável a transferência da nossa Casa para esse prédio. Inclusive, fizemos, em conjunto, o Requerimento nº 403, solicitando uma cópia do contrato de locação, para que seja analisado e encaminhado ao Tribunal de Contas. Não podemos aceitar este tipo de atitude, de gastos de quase trezentos mil reais/ano, no momento em que vive o país e a nossa cidade, quer seja na área política, com a queda da credibilidade, quer seja na área econômica, com o baixo faturamento, queda nos postos de emprego. É momento de mais trabalho e, principalmente, de economia e não é momento de jogar dinheiro fora. Efetuamos também, o Requerimento nº 396/2015, solicitando informações à prefeitura, sobre os resíduos sólidos domésticos, desejando saber custos, transporte, para onde estão sendo levados, qual tratamento está sendo desenvolvido. Já apresentei requerimento deste tipo, logo quando eu ingressei na vereança, porque os questionamentos são muito grandes e, quem sabe agora, consigamos um desenvolvimento melhor, quanto a este assunto. Efetuamos também, Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Jorge Setoguchi e eu, uma moção de congratulações à Banda Lyra Mogimiriana, pelo trabalho belíssimo que desenvolve com as crianças carentes, completando trinta anos de existência. Maestro Carlos Lima é detentor de um trabalho elogiado por todos. Estive presente nas comemorações, no último dia 18, numa apresentação, e percebemos, realmente, que se trata de um maravilhoso trabalho, com várias empresas, fazendo parcerias com a banda, tais como, Banco Itaú e Tenneco. Um trabalho da nossa cidade. Para terem ideia, quando Marta Suplicy era a Ministra da Cultura, foram escolhidos cinco maestros, os quais faziam visitas a outros países, divulgando a cultura, e um deles era o mogimiriano Carlos Lima. Sobre outro assunto, estivemos, meu assessor, Felipe, e eu visitando o Centro Cultural, justamente, como comentado pelo Vereador Luís Roberto, e nossa preocupação foi com os alunos da Associação Beneficente Teixeira Machado – ABTEM, que poderiam perder suas aulas de música, uma vez que, se cortadas as aulas no Centro Cultural, tais alunos não teriam condições de serem realocados na sede da entidade, pois as instalações não os comportariam. Mas, fiquei satisfeito, porque as aulas não foram relocadas e permanecerão no Centro Cultural. Mas, nas aulas de sábado e domingo, o corte veio. Sobre o SAAE, o Vereador Luís Roberto lembrou bem. O requerimento que o vereador apresentou, sobre a suspensão dos serviços de coleta e limpeza de fossas sépticas, não acontece somente no Parque das Laranjeiras, mas em toda a cidade, especialmente, Chácaras São Francisco e Sol Nascente. Eu já conversei com o agora ex-presidente Luciano e ele me comentou, que foi determinação dele, em virtude da falta de verbas. A prefeitura deve nove milhões de reais ao SAAE e, se a prefeitura pagasse suas contas, em dia, com o SAAE, isto ajudaria bastante. Quanto ao decreto, assinado pelo Prefeito Stupp, para a redução da carga horária, eu fico preocupado, porque a prefeitura, hoje, já não faz uma prestação de serviços adequada à população e, com a redução de carga horária, a situação vai piorar. As horas serão recompensadas a partir de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

janeiro de 2016 e vai ser como quando das reposições de aulas, ou seja, no fim, quem vai pagar a conta, será o munícipe”, explanou. Como o próximo inscrito, Vereador Laércio Rocha Pires, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Jorge Setoguchi. “Elaborei um requerimento, ao prefeito municipal, para que ele preste informações sobre o atraso no reembolso do subsídio do transporte universitário. Peço explicações. Os universitários necessitam do transporte, como vão fazer? Quero registrar também, indicação que fiz, pedindo a manutenção no ponto de luz, localizado na Rua Beija Flor, nas Chácaras São Francisco. É a respeito das lâmpadas queimadas. Faz tempo, que ocorrem problemas lá, pois o local é afastado da cidade e são muitas as reclamações sobre segurança. Quanto ao Palácio de Cristal, já me posicionei, sou contra, realmente. Teremos o Palácio de Cristal, por vinte e três mil reais/mês, e também a manutenção desta Casa, então, teremos duas casas. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, na sequência, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “É com muita satisfação e alegria, que uso da palavra, para dizer que o PMDB de Mogi Mirim, com cerca e mil e duzentos filiados, reuniu-se, na casa do empresário Ricardo Brandão, ex-prefeito de Mogi Mirim, um dos diretores da empresa Marangoni e também diretor da SECTV, e informo que ele retornou aos quadros do partido, filiou-se, novamente, e colocou seu nome para ser o pré-candidato a prefeito, em 2016. O PMDB o recebeu muito bem. Quando foi prefeito, sua aprovação foi de setenta e cinco por cento da população. Sei que muitos jovens não se recordam dele, principalmente, os que têm menos de quarenta anos. Mas é com muita alegria, que o PMDB recebeu Ricardo Brandão, de braços abertos, pré-candidato a prefeito, em 2016. Quero dizer também, que todos os cidadãos mogimiriano podem acessar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ordem do Dia das sessões da Câmara, às sextas-feiras, no site da própria Câmara, pois está disponível, como sempre. Os jornalistas têm acesso à Ordem do Dia, na quinta-feira, e o restante da população tem o direito e basta acessar o site, às sextas-feiras”, explicou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Temos mais um vereador sem partido, na Câmara, hoje. A verdade é uma só: temos que nos sentir bem no próprio partido. A Vereadora Dayane saiu por espontânea vontade, já eu fui expulso, mas a questão é a mesma, vereadora, ou seja, a incompatibilidade partidária. Às vezes, o seu idealismo é contrário ao do presidente do partido, ou ao dos administradores municipais. Eu a respeito, por isso. Na última sessão, não tive condições de concluir a fala, referente ao pedido de desculpas do Vereador Cinoê Duzo, pelo ato ocorrido, com a ficha de presença. Aceito as desculpas do vereador, que foi sensato e íntegro, em se manifestar. A mim, não houve sentido de prejudicar, mas ao vereador Setoguchi, que ficou sem o uso da palavra. Quero registrar o projeto que ingressei, sobre o Professor do Ano. Queria deixar claro, que os professores, atualmente, de uma forma, ou outra, depois que observamos a situação do Governo do Estado, que deu aumento à própria cúpula e o negou aos professores, foram muito prejudicados e eles deveriam ser uma das classes profissionais mais valorizadas. Na Secretaria Municipal de Educação, dirigida por Márcia Róttoli, existem muitas situações, que me deixam pasmo. Este projeto é uma forma de enaltecer e reconhecer a necessidade da profissão, do bom profissional”, aclarou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Depois de um esforço enorme, esta Casa aceitou o pedido que fiz, para convocação do prefeito aqui, para que esclarecesse o que ele fará com a lei, que esta Casa deu a ele, sobre a possibilidade de transferir o Serviço de Água, para a iniciativa privada. Esta Casa aprovou a mudança de competência do SAAE. Depois deste esforço e de vários adiamentos, conseguimos aprovar o requerimento. Eu mesma, já vi vários prefeitos subindo as escadas desta Câmara e não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

há comprometimento algum, seria uma harmonia entre poderes. Compete sim, a esta Casa convocar, está na LOM, mas ele não vem, senhores. Não vem, porque não quer discutir assunto definido há mais de vinte e cinco dias, ou seja, as leis aprovadas. Mas ele não vem. Senhores, façamos o cálculo. O SAAE, em 2004, dirigido no governo Paulo Silva, tinha receita de oito milhões e duzentos e sessenta e seis mil reais. Coloquemos setenta por cento de inflação, dez anos depois, e, em 2014, receita seria de quatorze milhões. Na verdade, a arrecadação efetiva, em 2014, foi de vinte e sete milhões, logo, treze milhões a mais! Carlos Nelson Bueno, com todos os aumentos que deu, deixou sobrar dinheiro para investimentos, pois o povo pagou caro, a conta do esgoto. Antecipou obras e equiparou tarifas de água e esgotos. Por isso, que digo, que o SAAE não é deficitário, coisa alguma! Nós precisamos discutir o SAAE e a ausência do prefeito não é possível. O SAAE não está quebrado, não precisamos passar o SAAE à iniciativa privada. Por que ele não vem? Peço aos nobres vereadores da situação, que perguntem a ele, se ele vai publicar o edital, ou não. Recebemos informação de que ele vai publicar e logo. Não podemos ser surpreendidos, sem que tenhamos conversado com ele. Fizemos três audiências, estudamos e estamos afiados e ele precisa estar aqui. Peço aos nobres vereadores da situação, que o façam vir aqui. É legítimo, é a harmonia de poderes”, declarou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio. “Nesta semana, recebemos uma denúncia, oriunda do pessoal, que reside na região do aeroporto, pois sofrem problemas na vicinal, com entulhos sendo jogados para o acerto do leito carroçável da rodovia. Problema é, que o entulho contém barras de ferro e material cortante, que furam os pneus dos veículos, que por lá trafegam. Constatamos, e o problema, de fato, existe. Questionamos o Secretário Valdir Biazotto, que nos informou estar ciente e disse que vai tomar providências. Quero, então, deixar esta cobrança pública ao Valdir, um dos poucos secretários que funcionam na Prefeitura e creio que ele tomará providências, vamos aguardar. Vereadora Maria Helena, com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relação à vinda do prefeito para esta Câmara, é claro que ele não viria e não virá, nunca. Ele não pode sair na rua, como virá aqui? Tem medo de subir esta escadaria, aqui. Infelizmente, vamos ficar sem ouvir o prefeito. Que pena. Esta questão, inclusive, não há nada mais a se discutir. Coisa complicada e, pelos estudos e audiências feitas, debates, foi mostrado, que não há tal necessidade da concessão, no momento. Vamos tentar impedir a licitação, embora, saibamos que será difícil, porque, depois de expedido edital, somente se a Justiça embargar. Acredito, que vários vereadores da situação sejam contrários também, mas não podem se manifestar, logo, uma situação difícil. Não sei se a população conseguirá pagar o aumento que, certamente, haverá, na tarifa d'água. Mas, que pena. Não teremos o privilégio de ouvir o prefeito. Quero registrar, que tenho recebido visitas de muitas pessoas, procurando-me e empenhando apoio à minha pré-candidatura. Isto mostra que meu nome está sendo bem aceito, para prefeitura. É bom, podemos interagir com os que nos procuram e, mais uma vez, digo que estou à disposição de todos, para explicar nossos planos futuros, para a prefeitura de Mogi Mirim, para os próximos quatro anos”, explicou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h11, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 107, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica ao LAR INFANTIL ANINHA, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Saúde e Assistência Social; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, Projeto de Lei nº 107, de 2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no § 1º, III, “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 109, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre denominação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Jardim Paulista, Município de Mogi Mirim, de DARCY MARIOTTONI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, Projeto de Lei nº 109, de 2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 104, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre denominação da praça situada na Rodovia Senador André Franco Montoro, ao lado da Subprefeitura de Martim Francisco, de PRAÇA JOSÉ NASSIF MOKARZEL”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, Projeto de Lei nº 104, de 2015, do Vereador Marcos B. A. Godoy); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Resolução nº 06, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni “acrescentando §§ 1º e 2º ao Artigo 116 da Resolução nº 276/2010 vigente Regimento Interno da Câmara de Mogi Mirim que trata da realização da Tribuna Livre”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do *Requerimento nº 406/2015, de autoria do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni*, solicitando, na forma do inciso VII, do Art. 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a **retirada** do Projeto de Resolução nº 06/2014, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, o Requerimento de Retirada nº 406/2015); (retire-se; archive-se); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 5. PARECER DESFAVORÁVEL** de lavra da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre o Plano Diretor do Município de Mogi Mirim. (havendo rejeição, pelo Plenário, do PARECER DESFAVORÁVEL o Projeto de Lei Complementar segue para a Comissão de Finanças e Orçamento para opinar e exarar parecer; caso seja acolhido pelo Plenário, cuja deliberação será por maioria absoluta, conforme Artigo 184, § 2º, inciso III, do Regimento Interno, a matéria será arquivada). Para discutir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Os membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social – CESAS, da qual sou Presidente, estudaram o projeto, comparando-o, inclusive, ao Estatuto das Cidades, lei magna que se deve seguir. Exaramos parecer sob a ótica da saúde, da educação e da assistência social. Ao avaliarmos o projeto, tratando-se de uma revisão do plano diretor, vimos que não há planejamento para as áreas da educação, saúde e assistência. Os equipamentos sociais não são previstos, apenas são citados e de maneira genérica. Foram pegos trechos da Lei Orgânica do Município e do Plano Nacional da Educação e copiaram no plano, mas não apresentaram um estudo demográfico, por exemplo, de quantas escolas precisamos, qual bairro necessita, ou sobre o CRAS, ou se precisamos de mais UBSs. Há uma expansão territorial e junto à esta expansão, não há nenhum instrumento social, que acompanhe esta expansão. Diante disso, nossa comissão não poderia permitir, jamais, que isto fosse feito. Temos, como exemplos, o Residencial Floresta e o Parque das Laranjeiras, que nasceram desta forma, sem equipamento social algum. Isto causa problema ao município e também, na questão financeira, traz problemas muito grandes”, expôs e, em seguida, procedeu a leitura do parecer desfavorável, na sua totalidade. “Saliento que o todo o exposto é questão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

responsabilidade com a população e para com o município, haja vista que não podemos aprovar um plano diretor descrito desta forma, sem um planejamento social e educacional adequados”. Por fim, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do Regimento Interno, a Vereadora Dayane Amaro Costa solicitou **Votação Nominal** para o Parecer Desfavorável da CESAS ao Projeto de Lei Complementar nº 05/2015, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. A próxima a discursar foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nós estamos votando algo importante para a administração municipal, que é o plano diretor. O plano diretor não obriga, não define metas. O único prazo é de quinze anos. Nós estudamos muito, pedimos autorização desta Casa, para um assessoramento técnico de profissionais, tivemos reuniões detalhadas, estivemos na Secretaria de Mobilidade Urbana também. Mas o prefeito deixa solto o plano, pois não estipula metas. Ao se expandir a área urbana, deve-se levar infraestrutura, mas ele não diz nada. O plano é lei complementar, a lei organiza e deve ter obrigatoriamente e prazos. Quero parabenizar a CESAS, porque vamos acatar o parecer, haja vista que existem muitas falhas, incoerências e inconstitucionalidades no projeto. A peça não merece ser o plano diretor da cidade de Mogi Mirim. As diretrizes não estão definidas no plano diretor. Apenas o interesse imobiliário de determinadas pessoas. Eu acatarei o parecer desfavorável da comissão”, salientou. O próximo a comentar o parecer foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Pessoalmente, vou acatar o parecer desfavorável. Também faço parte da comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. A Vereadora Maria Helena falou dos interesses econômicos, mas interesses para a promoção social, a educação e a saúde não existem no plano. Foram tratados, genericamente. O plano não define metas e as leis estadual e federal pedem sejam estabelecidos as metas e prazos. Pensamos, em apenas remeter a matéria ao plenário, para deliberar, porém, conversamos e decidimos assumir a responsabilidade, enquanto comissão, e emitimos o parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desfavorável ao plano diretor, pela falta de respeito, para com a promoção social, a saúde e a educação. Peço que os vereadores nos acompanhem, acatando o parecer”, discursou. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Benedito José do Couto, Daniel Gasparini dos Santos, João Antonio Pires Gonçalves, Laércio Rocha Pires, Leonardo David Zaniboni, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Marcos Bento Alves de Godoy e Waldemar Marcurio Filho votaram (NÃO); os Vereadores Cinoê Duzo, Dayane Amaro Costa, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Maria Helena Scudeler de Barros e Osvaldo Aparecido Quaglio votaram (SIM); (submetido a votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, Primeiro (1º) Turno, o Parecer Desfavorável da CESAS ao Projeto de Lei Complementar nº 05/2015, do Poder Executivo); (o Presidente exerceu direito de voto, conforme Artigo 20, III, do Regimento Interno); (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Mas, como os munícipes, presentes nas galerias, mostravam-se exaltados e verbalizavam em alta voz, com os vereadores, em plenário, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, suspendeu a sessão às 20h53, para aplacar os ânimos, e a reabriu, às 20h57, anunciando a primeira oradora inscrita, Vereadora Dayane Amaro Costa. “Anteriormente, já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citei minha indignação com a anunciada reabertura do Zoológico Municipal. Visitando o local, observamos que não tem o básico, que é acessibilidade. O piso bloquete, está saliente, em desnível, a cadeira de rodas enrosca no passeio, dificulta mobilidade; os idosos podem tropeçar, pois não há barra de apoio, para guiar os idosos. Segundo normas ABNT, a porta do banheiro da pessoa com deficiência abre para fora e lá, está ao contrário. Esqueceram-se do desenho universal, acessibilidade para todos. Existe banheiro feminino, masculino e para a pessoa com deficiência, como se a pessoa com deficiência não se encaixasse em algum critério. Não existe rampa na entrada, nem para se chegar ao banheiro. Uma situação terrível. Após uma reforma longa, todos os critérios e acessibilidade deveriam ter sido contemplados. Todo o gasto, que a prefeitura teve, mas consegue reinaugar algo nessas condições. Fica o meu protesto. Quanto à ausência do prefeito nesta Casa, não me surpreende, diante das atitudes que ele toma, no município, e acho um tremendo desrespeito, para com o povo, que o elegeu. Independentemente, da jurisprudência, o que tem de mais o prefeito subir as escadas, ou o elevador, e vir ter conosco, olhos nos olhos? Mesmo que viesse com sua equipe técnica, mas viesse. Tantos prefeitos já vieram. O que tem demais? Medo da população? Mais uma vez, a Vereadora Maria Helena já solicitou, mas reforço, que peçam a ele, que suba aqui, venha dar explicações, pois passou da hora. Na semana passada, estive com professores da Secretaria de Educação e deixo o alerta à Secretária, de que farei visitas às escolas, para verificar denuncia que recebi. Nesta Casa, aprovamos o material didático do sistema SESI e sabíamos que se compunha de apostilas, que necessitavam de complemento tecnológico, pois o professor, no método, faz pesquisas e usa computadores. Sei que há professores, em algumas escolas, privados do uso do computador. Ora! De que adianta o material didático, se ele não pode ser aproveitado? Deixo claro, que visitarei as escolas municipais e os que quiserem me acompanhar, serão bem-vindos”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nogueira. “Eu quero dar meus parabéns aos Vereadores Luís Roberto e Dayane Amaro, pela emissão do parecer desfavorável ao projeto do plano diretor. Pena, que não foi acatado. Fizemos algo, para todos, chamamos técnicos, que acompanharam todo nosso estudo. O arquiteto Hέλvio Guatelli, o arquiteto Mário Marangoni e a ecóloga Noemi Valpassos Viana, mas é pena, porque nenhum vereador da situação, dos que votaram contra o parecer desfavorável, estiveram presentes. Foi, gratuitamente, que tivemos o acompanhamento desses profissionais de referência, conhecidos não só na nossa cidade, mas na região. Os elaboradores do projeto do plano diretor não respeitaram sequer a Lei Orgânica, na questão da Voçoroca, também não respeitaram leis estaduais e federais. Então, vamos aguardar, ver a situação futura, o que acontecerá. Não determinaram tempo para as mudanças serem feitas, é complicado não haver previsão, porque, se não há meta, não se pode cumprir, não se pode exigir. A isto, eu chamo enganar a população, os delegados, que estiveram presentes nas audiências, representando os bairros. Uma pena. Gostaria de saber a justificativa, em cima do plano diretor, por que votaram não, para saber se foi lido, de ponta a ponta, e comparado aos de outras épocas, como eu fiz”. Para responder à Vereadora, ocupou lugar na tribuna o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Quero esclarecer, que meu voto, foi pela rejeição do parecer desfavorável. A Vereadora Luzia, que me desculpe, mas isto não quer dizer, que já votamos o plano diretor. O projeto seguirá para uma outra comissão, que emitirá parecer, e, depois, votaremos o parecer dessa comissão e, depois, o plano diretor. Há muita discussão a se fazer em cima disso ainda. Sobre meu voto contrário ao parecer desfavorável, quero dizer, que até achei estranho as colocações de alguns vereadores, porque o último plano foi votado em 2007 e, se observarmos as questões sobre educação, saúde e assistência social, veremos que são iguais ao anterior. Então, difícil de entender a posição de alguns vereadores. Para explicar meu voto, a Comissão de Educação, presidida pela Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Dayane, explicou sobre a falta de diretrizes na área da educação, escolas, e eu penso, que seja assim mesmo, que funciona, pois, à medida que a cidade vai crescendo, vão sendo criadas as áreas públicas e verdes, conforme o crescimento. Não dá para planejar agora, pois não sabemos nem de que lado a cidade vai crescer. Devemos discutir, por exemplo, acho estranho, e já discuti isso, no Executivo, e quero externar meu ponto de vista aqui, também, ou seja, é que as áreas públicas, onde vão ser construídas escolas, praças, UBSs etc., elas nascem do parcelamento de solo e existe um percentual, que você deve deixar, para tal finalidade, e a tendência, hoje, cada vez mais, são para construções verticais. Vamos pegar, como exemplo, o Minha Casa/Minha Vida, localizado na Avenida Expedito Quartieri. Trezentas famílias estão indo para lá, e sabem quanto aquele empreendimento gerou de área pública e de área verde? Zero. Então, é isso o que devemos discutir, a questão das construções verticais, tendência no Brasil, hoje, devido ao alto valor das áreas. Estão saindo construções verticais, sem demanda de áreas públicas, para atender o povo. Isto sim, é uma discussão. É uma discussão deste nível, que quero ver aqui e dela participar. Hoje, repito, o voto foi sobre o parecer desfavorável e não relativo ao plano”, definiu. Como os próximos inscritos, Vereadores Benedito José do Couto, Daniel Gasparini dos Santos e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Sobre o Palácio de Cristal, sou, totalmente, contra ao aluguel, por dez anos. Faço parte da Mesa, desde a anterior, e sempre fui contra, aconselhei o presidente a não celebrar o aluguel. Sou solidário à população de Mogi Mirim, que passa por crise. Não acho que seja hora de gasto, mas sim, hora de economia. Sou também, contra outras formas de economia, que tiram o direito do povo. Muitos munícipes procurando a prefeitura e ela fechada, pelo novo horário. No Facebook, alguns reclamando, de que a prefeitura vai cobrar as horas, que está descontando de seus funcionários. Tudo errado. Sobre a minha nova filiação partidária, amanhã, devo retornar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao PSDB, após várias conversas e reuniões com Maria Helena Scudeler, Osvaldo Quaglio e Marcos Antônio Dias dos Santos. Devemos nos unir, os vários partidos, para nos unirmos em torno de um nome, porque precisamos administrar esta cidade e colocar a casa em dia. Quero ainda, dar meus parabéns à Renovias. Estive lá, na sexta-feira, e a Renovias entregou trinta e uma cadeiras de rodas, através do recolhimento de lacres de latas de alumínio. Mogi Mirim foi contemplado com cinco cadeiras de rodas: uma, para o Lar Emanuel; a segunda, para a Paróquia Imaculada Conceição Aparecida, e a terceira, para a Associação dos Moradores do Mogi Mirim II e Jardim Europa. As entidades foram indicadas pelos arrecadadores, mas a da associação de bairro foi conseguida numa parceria com Bar do Picoli, que arrecadou os lacres. Parabéns. Vi na Internet, uma fala sobre a merenda escolar, pois, já não bastasse o preço, e o fato de que ela foi usada, politicamente, agora, surge uma denúncia de má qualidade. Nesta semana, vamos fiscalizar sim, porque a denúncia é de má qualidade e que a quantidade não atende todas as crianças”, verbalizou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Desejo falar sobre o plano diretor. Alguns vereadores participaram de algumas discussões com os técnicos, arquitetos Hélvio Guatelli e Mário Marangoni e ecóloga Noemi Valpassos Viana. Analisamos e discutimos sempre, com o intuito de levar o desenvolvimento à nossa cidade. Sou, plenamente, favorável ao desenvolvimento de Mogi Mirim, que está muito bem localizado, geograficamente, e, com a chegada do Itaú Data Center, muito valores de imóveis se alteraram. Mas todos os posicionamentos do plano diretor favorecem, evidentemente, aos investidores da campanha. Continua na mesma situação. Se não me falha a memória, aprovaram a mudança no prédio da Câmara e, agora, está ficando difícil. A decisão de vocês leva junto toda a Casa. O crescimento populacional, da cidade, é o menor da região, mas o crescimento, no quesito idade, é o maior. O aumento do perímetro em, praticamente, cinquenta por cento é um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

descalabro, um absurdo. Evidentemente, deverá ser aprovado, pois, como vamos fazer com os investidores de condomínios e loteamentos? Evidentemente, os investidores da campanha. E fica o município jogado aos grupos de interesses. Eu não ficaria bem, se eu estivesse condicionado aos interesses de grupos. Não aceito. Eu olho nos olhos das pessoas, cumprimento-as e, infelizmente, a maioria dos vereadores e o prefeito vão ficar numa situação, cada vez mais difícil. Daqui a um ano, teremos novas eleições e não sei quais as pretensões de todos, mas não devemos pensar somente nas eleições. Devemos pensar na responsabilidade e no compromisso, que devemos ter com os nossos eleitores, com os munícipes e, principalmente, conosco. Se eu não tiver compromisso comigo mesmo e com minha família, dificilmente terei com a família dos outros, com os munícipes. Eu quero continuar saindo às ruas, continuar vindo aqui, e vou falar da forma como sempre penso, uma forma justa, correta, buscando o bem comum de toda população”, afirmou. Como os próximos inscitos, Vereadores Laércio Rocha Pires, Jorge Setoguchi e Osvaldo Quaglio, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Eu não poderia deixar de me manifestar, porque, quando tomo uma atitude, sou responsável por ela. A população merece explicações sobre nossos atos. Muitas vezes, os vereadores ficam constrangidos, devido a um repúdio, uma vaia, na plateia, uma manifestação contrária, mas vocês, que estão nas galerias, são muito importantes neste momento. Os vereadores Leonardo, Ary e eu estávamos conversando sobre o parecer desfavorável da comissão, conjecturando como votá-lo, acatando-o, ou o rejeitando. Se acatássemos o parecer, o processo seria arquivado e tudo ficaria como está, sem qualquer modificação no plano diretor. Hoje, nesta época de crise, estamos esperando, aproximadamente, quarenta milhões em investimentos, em nossa cidade. Alguns dizem: ora, são os investidores. Sim, exatamente. Porque, quem investe, é o investidor. Quem traz oportunidades, para a cidade, é o investidor. Vou citar. Hoje, temos loteamentos de classes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

média A e alta, em grande quantidade, até mesmo estacionados. Loteamentos, para classes média B, C e baixa não existem, com qualidade de vida. Alguém sabe de algum loteamento, que esteja sendo vendido ao preço de sessenta, ou setenta mil reais o terreno? Há? Este plano diretor vai oferecer esta possibilidade à população. Eu entendo o parecer, emitido pela CESAS, como válido, mas só se nós estivemos morando na Suíça, na Suécia, ou na Holambra, países com dinheiro e sustentabilidade. Nosso país não atingiu tal estágio. Nós estamos vivendo um momento de crise. Vejo muitas indagações aqui, sobre o Zoológico Municipal. Muitos pedindo pela reabertura do zoológico, que ficou ocioso, durante anos. Temos que inaugurar o zoológico e o adequar, conforme o tempo. Até já me posicionei junto à vereadora Dayane, dizendo que, depois de reinaugurado o local, nós dois iremos juntos buscar emendas e adequar algumas situações, porque é válido o trabalho, que ela desenvolve, de se preocupar com a acessibilidade. Muitos nem entram nesse mérito, porque ela abraçou esta causa, com afinco, porque se reflete nela. Ela deve buscar as conquistas”, salientou. Neste ponto, como a audiência, presente nas galerias da Casa, manifestasse-se, em alta voz, na tentativa de interagir com a vereança, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou silêncio. Posto isto, prosseguiu, em seu discurso, o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Em 2002, houve uma mudança no plano diretor. Pensadores, que hoje, questionam o projeto atual, ajudaram a elaborar o antigo plano diretor. Em 2007, votamos, novamente, o plano diretor, sem qualquer alteração. Mas, hoje, ele é questionado. Questionam, pelo fato do governo municipal estar em crise? Realmente, concordo. O governo está em crise e sem credibilidade. A situação do PDT, hoje, é de dificuldades. Até desejo agradecer as pessoas que estão comigo, no partido, e que abraçaram o partido. Obrigado. Nesta semana, tivemos uma reunião partidária, e foi difícil manter o grupo unido, mas conseguimos, com diálogo. O PDT não é ‘um pensador’. Temos que ter todas as cabeças pensando juntas. E nós vamos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conseguir renovar o partido, que teve três a quatro cadeiras nesta Casa, em mandatos anteriores, e não vamos deixá-lo ficar esquecido. Se, hoje, o Executivo não está numa situação privilegiada, é ele, o prefeito, quem dá ‘a canetada’. Ele quem assume a responsabilidade dos atos e ele é o gestor público. Nós aqui, somos meros avaliadores de algumas propostas, as quais, se não aprovadas, não acontecem e paralisam o sistema. Não podemos deixar o sistema naufragar, temos que, muitas vezes, colocar o ‘dedo na ferida’. Portanto, quando um vereador fala ‘vocês’ estão afundando e nos afundando, não vou citar nomes, mas aqui, há muitos vereadores que já falaram isso e não existem mais, estão afundados, porque se utilizavam de oportunidades, para denegrir a imagem dos colegas. Portanto, cada um tem sua responsabilidade, aqui dentro, cada um responda por seus atos. Será na rua, daqui um ano, que vamos saber quem estava certo, ou errado. Eu continuo fazendo minha política transparente e dando satisfações aos eleitores e ao público, que está nos assistindo”, discorreu. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nós estamos discutindo uma revisão do plano diretor. O último plano foi elaborado em 2007, na gestão de Carlos Nelson Bueno, pelo então diretor de planejamento Sidney Hugo de Carvalho. Esta revisão atual custou caro ao município, foi feita por uma empresa, que não conhece Mogi Mirim e não participa do dia a dia de Mogi Mirim. A revisão segrega a pobreza. Loteamento de alto luxo, expansão da área territorial, em cinquenta por cento, são coisas que estão sendo feitas, nesta revisão. Para as zonas residenciais, a administração não leva a infraestrutura e quem vai pagar a conta será o cidadão. Detalhe: não se criam áreas de lazer, parques, coisas que a população precisa. Não há área de lazer, apenas há a especulação imobiliária. Há falhas imensas. Se a revisão existe, é para que seja revisado, e não houve preocupação disso, apenas fizeram conforme os interesses do Poder Executivo. Vamos discutir, novamente, enquanto comissão, para vermos de que forma conduzir este processo e, se houver necessidade, entregaremos um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

substitutivo, agregando todas as reivindicações dos delegados. A nossa responsabilidade, com o plano diretor, é muito grande. Tenham certeza, que vamos conduzir os estudos da melhor forma possível, pois ninguém quer impedir o desenvolvimento da cidade, mas da forma como está, o plano irá segregar e vai gerar mais pobreza, no município”, discorreu. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Venho, com muita tranquilidade, dizer que temos um vereador, que já nos revelou, que há um empresário, o qual desconheço, e este empresário precisa de uma área de cem mil metros quadrados, em Mogi Mirim. Uma empresa, eu desconheço. Está em contato com um vereador e esta empresa, pelo tamanho da área pretendida, acredito seja de grande porte e vá gerar muitos empregos. Esta empresa, pelo que eu soube, só virá para Mogi Mirim, se o plano diretor for aprovado. Quanto às casas populares, que alguém falou são para pessoas ricas, temos mais três empresários, um, de Mogi mirim, outro, de Conchal, e o terceiro não conheço, os quais pretendem construir mil e setecentas casas populares, através do programa Minha Casa/Minha Vida, numa das áreas que, após o plano diretor, passarão para área urbana, com a rede de água e esgoto, que será custeada pelos empresários. Eu concordo, perfeitamente, com o que o Vereador Leonardo Zaniboni colocou. Como é possível prever, para que lado a cidade irá crescer. Na zona leste, vemos a necessidade de mais creches e postos de saúde. Se, por exemplo, a expansão urbana se der para zona norte, lá será o local, onde haverá necessidade de escolas, postos saúde, lazer, e não mais a zona leste. Como vamos prever onde fazer, se ainda não há necessidade, em determinado bairro? Quando as mil e setecentas residências forem feitas, serão quase seis mil pessoas, e não serão edificadas no centro da cidade, mas, lógico, que serão construídas em áreas mais periféricas. E já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disseram aqui, que todo prefeito tem um desafio e o próximo prefeito de Mogi Mirim terá este desafio, pois sabemos que não há empregos, não há casas populares, todos somos cobrados. Logicamente, o futuro prefeito terá que dar um jeito, estará fubecado, terá que dar condições às famílias de bem, de bem residirem. Eu penso que nós, que não acatamos o parecer, demos a oportunidade para a CFO pensar. Pensar, se quer, ou não, o crescimento de Mogi Mirim”, ponderou e reassumiu a presidência, ato contínuo. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Não gosto de discursar, falando sobre uma pessoa, quando ela não está presente. Sentado em minha cadeira, vi que uma senhora se retirou, quando eu desejava, que ela permanecesse na Câmara. Quando esta senhora mencionou que, na época dela, era bom, e que os vereadores eram dignos, ela me ofendeu, pois colocou-me como indigno. Indigna é ela! Vamos falar de política. Esta senhora se afastou do cargo, para assumir um cargo comissionado, no então governo Jamil Bacar, mesmo contra o posicionamento de seu partido. Ela fez um gesto, abandonou a vereança e disse não ao próprio partido. Ela iniciou sua vida política no PT, depois foi para vários partidos, PSB, PSOL e, hoje, está no PSDB, ora, muito fácil criticar o serviço dos outros. Os cidadãos, que estavam nas galerias, criticando-nos, são ex-candidatos a vereadores. Tenho consciência tranquila, faço meu trabalho, sou responsável com meus atos e estou fazendo, realmente, aquilo que me foi delegado, pelo povo, fazer, logo, estou contente. Só não estou contente desta senhora não estar mais presente, aqui, porque eu desejava falar com ela, olhos nos olhos. Estou me referindo à senhora Leila Ferracioli, que teve um ‘piti’ aqui e me ofendeu. Eu nunca a ofendi. Nunca ofendia sua pessoa, apenas a representei junto ao Conselho Tutelar. Se ela tem aborrecimento comigo, olhe nos meus olhos e venha falar comigo. Eu vou falar para ela, olhando para ela, ex-vereador Massao Hito não precisa se preocupar. O quê? Fácil falar quando se tem microfone? Ora! É direito meu. Se o senhor não se elegeu, problema seu, mas eu exijo respeito. O senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

teve oportunidade, quando foi o vice-prefeito de Paulo Silva”, declarou. Como se iniciasse um tumulto entre cidadãos, presentes nas galerias, e o vereador, no uso da palavra, o Presidente da Câmara, Vereador João Gonçalves, solicitou ao cidadão Massao Hito que se calasse, pois, a audiência não tinha o direito de se manifestar, e o Vereador Waldemar Marcurio Filho, prosseguiu com seu discurso. “A verdade, vereadores, é que eu não tenho o hábito de falar das pessoas, pelas suas costas. Já falei de um ex-vice-prefeito, pois, tanto ele, quanto o então prefeito, naquela época, aumentaram os próprios salários. Esse prefeito está inelegível e há muito mais coisas para se contar. Mas, como disse, quando iniciei minha fala, apenas gostaria que Leila estivesse aqui. É direito dela, falar o que pensa, mas ofensa pessoal extrapola e não tenho receio de falar o que penso também. Há como provar. Falam um monte de coisas sobre mim, mas o que provaram contra mim? Nunca. Nada”, concluiu seu discurso. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento das Senhoras *Antônia Lúcia Coraini Magiolo*, ocorrido no dia 24 de setembro de 2015, e *Leonilda Pires Soares*, ocorrido no dia 23 de setembro de 2015. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h48, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM